

ATO 1029/2008

Institui o Museu da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a relevância da Câmara dos Vereadores de São Paulo, Poder Legislativo municipal da maior e mais importante cidade do Brasil;

CONSIDERANDO a antiguidade da Câmara Municipal paulistana, que em 2010 completará 450 anos de existência, constituindo-se, assim, pelas suas raízes seculares, em uma das mais veneráveis instituições político-representativas brasileiras;

CONSIDERANDO que essa Câmara teve sempre um papel fundamental na formação e no desenvolvimento de nossa cidade e uma atuação de primeira linha no cenário político brasileiro;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de São Paulo, como instituição quase quatro vezes e meio centenária, possui uma riquíssima história que merece ser não só lembrada, mas também estudada pelas suas imensas contribuições à cidade, ao Estado e ao Brasil;

CONSIDERANDO os significativos acervos históricos, artísticos e documentais, que se ampliam diariamente, existentes na Câmara paulistana;

CONSIDERANDO a importância da recuperação, da preservação, da organização, do engrandecimento e da divulgação desse patrimônio para a memória da instituição, mas, principalmente, para a memória da comunidade que ela representa;

CONSIDERANDO que inexiste desenvolvimento da cidadania sem aperfeiçoamento do senso histórico das pessoas, individualmente ou como coletividade, posto que a consciência cívica e a atuação ético-política que dela decorre exigem que os cidadãos se reconheçam como agentes históricos e que pelo acesso à memória relativa ao seu passado social possam conhecer as causas dos problemas e das alternativas colocadas no presente e projetar os melhores caminhos para o futuro;

CONSIDERANDO a importância do Município, como ente federativo, na organização constitucional brasileira, verdadeiro modelo, em escala mundial, de poder democrático descentralizado, sendo que a memória histórica da Câmara paulistana se constitui em um repertório de experiências políticas e institucionais de valor universal;

CONSIDERANDO que essa memória possui uma dimensão com amplas possibilidades pedagógicas, posto que o conhecimento dos procedimentos, até mesmo históricos, relativos à elaboração, à aprovação e à vigência das leis pode contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento do processo legislativo brasileiro, sobretudo em virtude do papel paradigmático que a Câmara paulistana tem em relação às demais Edilidades de todo o País;

CONSIDERANDO que a criação de um Museu, no âmbito da Câmara, seria a medida mais adequada para a recuperação, a preservação, a organização, a ampliação e a disponibilização para os cidadãos de tão precioso patrimônio;

CONSIDERANDO que se a memória dos fatos, personagens e processos socialmente relevantes e, assim sendo, considerados históricos, pode ser preservada, sendo os Museus locais habilitados especialmente para esse fim, a mera existência de um Museu da Câmara incentivaria a própria atividade política dos cidadãos e de seus representantes a ser pensada com grandeza, para ser elevada a História, a prática social significativa e que merece, e agora pode, ser lembrada, contribuindo para que os agentes políticos em nosso Município se sintam permanentemente motivados a um trabalho cada vez mais qualificado e nobre;

CONSIDERANDO que esse Museu, concebido e realizado dentro das mais modernas técnicas museológicas e pedagógicas para a mais completa interação com a população de São Paulo, possibilitará que essa se reconheça como “povo”, entidade que já não é mais mera agregação de indivíduos, mas unidade orgânica dotada de uma identidade

cultural, de uma mesma história e de um futuro a ser necessariamente vivido em conjunto e que será melhor ou pior dependendo da participação ou não de todos; CONSIDERANDO que a concretização desse Museu, como um “Museu Vivo”, no qual a comunidade recupera seu passado e elabora seu futuro, manterá o Município de São Paulo na vanguarda das práticas culturais e educativas voltadas para o desenvolvimento da cidadania e para o fortalecimento e o aperfeiçoamento do Estado Democrático e Republicano de Direito,

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Museu da Câmara Municipal de São Paulo.

Art. 2º O Museu instituído pelo artigo 1º deste Ato terá as seguintes atribuições, dentre outras a serem estabelecidas pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo e decorrentes de sua natureza institucional:

I – recuperar, preservar, organizar, ampliar, disponibilizar, expor e divulgar os acervos históricos, artísticos e documentais do Poder Legislativo paulistano;

II – realizar e apoiar iniciativas que contribuam para a reconstrução da memória da vida política e social do Município, especialmente de sua Câmara;

III – contribuir para a formação do senso histórico da população como elemento fundamental para a formação dos cidadãos;

IV – promover, facilitar e ampliar o conhecimento público do processo legislativo municipal, inclusive como modelo para outras Câmaras Municipais;

V – apoiar, com o fornecimento de informações históricas ou de cunho similar, sempre que isso for solicitado, a Mesa Diretora, as Comissões, os Vereadores e os demais órgãos da Edilidade;

VI – realizar práticas de natureza cultural e pedagógica voltadas para o desenvolvimento da cidadania, com foco na educação política, histórica e ética de crianças, adolescentes e jovens.

Art. 3º O Museu da Câmara Municipal de São Paulo funcionará subordinado ao Centro de Comunicação Institucional – CCI, com a colaboração dos integrantes da Comissão de que trata o Ato nº 1019/08, sob a supervisão da Mesa Diretora, que também designará os servidores, exclusivamente efetivos, que nele atuarão e fixará suas respectivas atribuições.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Ato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 14 de julho de 2008.